



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0117513-5

Apelante: Hotéis Pernambuco S/A

Apelado: Giovanni Valentino Sonda

Relator: Des. **Frederico Ricardo de Almeida Neves**

Relator Convocado: Des Substituto **Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**

R 5499
EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO E AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO E CONSEQUENTE INEXIGIBILIDADE DE PAGAMENTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APONTAMENTO DE TÍTULO PARA PROTESTO. NOTIFICAÇÃO VIA CORREIO. SUSTAÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELO PROVIDO PARCIALMENTE.

- 1) Não configura abalo moral indenizável o mero apontamento indevido de título, mormente quando não houve publicidade negativa em relação ao suposto devedor.
- 2) O ônus de sucumbência rege-se pelo princípio da causalidade, devendo responder aquele que deu causa a instauração da lide.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível 0117513-5, acordam os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial à apelação, no sentido de condenar o apelado em honorários advocatícios, arbitrados em R\$1.000,00 (hum mil reais) e nas custas processuais da Ação Cautelar de Sustação de Protesto.

Recife, 18/11/2009.


Des Substituto **Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0117513-5

Apelante: Hotéis Pernambuco S/A

Apelado: Giovanni Valentino Sonda

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que, em sede de Ação Cautelar de Sustação de Protesto e Ação Ordinária de Nullidade de Título de Crédito e conseqüente Inexigibilidade de Pagamento c/c Indenização por Danos Morais, observado o devido processo legal, julgou procedente, em parte, o pedido autoral.

A sentença apelada julgou procedente, em parte, para reconhecer a inexigibilidade da duplicata e tornar definitiva a liminar deferida de sustação de protesto, não reconhecendo a existência de dano passível de indenização (v. fls. 65/67).

Persegue a parte autora (v. fls. 68/78), em suas razões recursais, a procedência total do seu pedido, a fim de ser reconhecida a ocorrência de danos morais pela cobrança indevida e, em conseqüência, a condenação do apelado no pagamento de indenização.

O Apelado ofereceu resposta (v. fls. 83/86), com o que busca o desprovinimento do apelo, para ver mantida inalterada a sentença hostilizada.

É o relatório, no essencial. À douca Revisão.

Recife, 03 de outubro de 2007.


Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

187
fl. 112
Ar

QUARTA CÂMARA CÍVEL
Apelação Cível nº 0117513-5
Apelante: Hotéis Pernambuco S/A
Apelado: Giovanni Valentino Sonda
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

O Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho (Relator), proferiu o seguinte voto:

Consoante se verifica nos autos, o cerne da questão se prende em verificar se configura dano moral e passível de reparação o apontamento de título de crédito para protesto, cuja sustação fora concretizada por decisão judicial.

De leitura acurada, constato que a notificação fora feita diretamente ao ora apelante (v. fls. 18 da Medida Cautelar), não tendo gerado qualquer publicidade o apontamento do título.

Entendo que, em princípio, a simples intimação do aponte, não caracteriza o dano moral. É que antes da sua consolidação inexistia qualquer publicidade negativa em relação ao suposto devedor.

Logo, não há que se falar em situação vexatória ou humilhante.

Ademais, *"pequenos dissabores e contrariedades, normais na vida em sociedade, não são indenizáveis. Imprescindível asseverar que na vida em sociedade as pessoas têm que se submeter a certas situações inevitáveis, sob pena de se tornar impossível tal convivência, ainda mais nos dias de hoje"* (STJ. REsp 604620/PR. Ministra NANCY ANDRIGHI. TERCEIRA TURMA. DJ 13.03.2006 p. 315).

Lê-se, neste sentido, os julgados transcritos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. APONTE. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS. VALOR CERTO. Não houve o cerceamento de defesa alegado. A sentença foi publicada, constando na nota de expediente o nome das partes e de seus procuradores. Acertada a decisão do juízo "a quo", que declarou a inexigibilidade da duplicata mercantil, em tela, e confirmou a liminar deferida, determinando a sustação definitiva do protesto, porquanto quitado o débito gerador do título, via depósito bancário em conta corrente da ré, por exigência desta, para remessa dos medicamentos adquiridos. Quanto ao dano moral, tem-se entendido que, em princípio, a simples

Intimação do aponte, não dá ensanchas a sua caracterização. Como não houve condenação por dano moral, possível o arbitramento de honorários em valor certo. Agravo retido, apelação e recurso adesivo improvidos. (TJRS. Apelação Cível nº 70017377664. REL. Luiz Ary Vessini de Lima. Décima Câmara Cível. j. 08/03/2007. Pub. Diário de Justiça do dia 27/03/2007).

fl. 113
Qfr

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DUPLICATA MERCANTIL C/C DANO MORAL. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NÃO VERIFICADO DO ALEGADO DANO MORAL NO CASO CONCRETO. O SIMPLES APONTE DE TÍTULO NÃO ENSEJA O DIREITO A INDENIZAÇÃO, PORQUE SE CONSTITUI EM ATO SEM QUALQUER PUBLICIDADE. POR UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (TJRS. Apelação Cível nº 70015915366. Rel. Angelo Marañinchi Giannakos. Décima Quinta Câmara Cível. j. 27/09/2006. Pub. Diário de Justiça do dia 05/10/2006).

No que concerne ao ônus de sucumbência, entendo que, diante do princípio da causalidade, deve-se impor a condenação em honorários advocatícios àquele que deu origem à instauração da lide, o que no caso em apreço, recai sobre apelado, uma vez que se este não tivesse levado o título a apontamento, não geraria a celeuma.

Posto isso, e sem mais delongas, voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso, apenas no sentido de condenar o apelado em honorários advocatícios, estes que arbitro em R\$ 1.000,00 (um mil reais) e nas custas processuais adiantadas na Ação Cautelar de Sustação de Protesto.



Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado